

- Cada um dos itens da prova de verificação de aprendizagem está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.
- Os itens desta prova devem ser resolvidos exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação Profissional, deixando-se de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes.

## -- PROVA DE VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM --

### ASPECTOS LEGAIS E ORGANIZACIONAIS

No que se refere aos direitos humanos, julgue os itens a seguir.

- 1 Ao ser preso, o indivíduo tem direito ao silêncio, bem como à identificação dos responsáveis pela sua prisão.
- 2 Os direitos humanos de segunda geração surgiram em decorrência do movimento liberal que ocasionou as revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII.
- 3 No Brasil, é vedada a concessão de visto temporário para apátridas.
- 4 A Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem e a Carta Interamericana de Garantias Sociais, documentos que antecedem a Declaração Universal de Direitos do Homem, são as bases de sustentação do Sistema Regional Interamericano de Proteção dos direitos humanos.

Com base na Legislação Aplicada à PCDF, julgue os itens que se seguem.

- 5 A competência para legislar sobre a organização das polícias civis, além de sobre seus direitos, deveres e garantias, é privativa da União.
- 6 Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é assegurado aos policiais civis o direito constitucional a greve, desde que haja participação de órgãos classistas.
- 7 Em caso de comprovada necessidade do serviço, o policial civil do Distrito Federal pode ser removido de ofício, no interesse da administração, mesmo sem a anuência dele e de sua chefia.
- 8 Licenças ou afastamento sem remuneração interrompem a contagem do interstício temporal para a progressão nos cargos da carreira de policial civil do Distrito Federal.

Ainda a respeito das prerrogativas e aspectos disciplinares da Legislação Aplicada à PCDF, julgue os itens seguintes.

- 9 A Polícia Civil é força auxiliar e reserva do Exército, com a incumbência da apuração de infrações penais e das funções de polícia judiciária.
- 10 No âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal, é vedada a criação ou transformação de cargos e funções de confiança que ocasione aumento de despesa.
- 11 O certificado digital é a identidade digital tanto de pessoa física quanto de pessoa jurídica no meio eletrônico, sendo o *token* de uso pessoal e intransferível.
- 12 Por ocasião da aposentadoria, o policial civil do Distrito Federal perde o direito de possuir arma de fogo.

No que diz respeito ao Sistema de Segurança Pública e à estrutura organizacional da PCDF, julgue os itens subsequentes.

- 13 A fim de atender às necessidades da população, o Sistema Único de Segurança Pública tem como foco a integração na troca de informações, no compartilhamento de projetos e no incentivo a projetos, de modo a fazer frente à escassez de recursos humanos e materiais, unir forças e compartilhar *expertises*.
- 14 A Defensoria Pública integra o subsistema de execução penal.
- 15 O Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social (Pdisp), que estabelece dimensões operacionais para a segurança pública do Distrito Federal, é instrumento diretivo facultativo da Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social.
- 16 Consolidar a credibilidade institucional firmando-se como organização policial de referência é a declaração de visão da Polícia Civil do Distrito Federal, constante de seu Plano Estratégico Institucional.

No que se refere à segurança orgânica, julgue os itens a seguir.

- 17 Enquanto a atividade de inteligência se empenha em apurar fatos já consumados e possui a natureza executiva, a investigação criminal busca se antecipar a fatos e caracteriza-se por ser uma atividade de assessoramento.
- 18 Atualmente, o órgão central do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) é a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).
- 19 Os três segmentos por meio dos quais a contrainteligência atua são a segurança orgânica, a segurança de assuntos internos e a segurança ativa.
- 20 Criptotecnia é uma medida que torna a mensagem imperceptível aos sentidos humanos, mediante o emprego de técnicas específicas.

### COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS

No que se refere a sistemas e segurança da informação, julgue os itens a seguir.

- 21 Dados, ou informações, são fatos brutos que necessitam ser organizados e interpretados.
- 22 Um *malware* pode realizar a interceptação de um serviço ou de dados de modo a conceder acesso a uma parte não autorizada.
- 23 A autenticidade, ou irretratabilidade, preocupa-se com a proteção contra acessos não autorizados de dados pessoais.

Com relação ao sistema PROCED da PCDF, julgue os itens subsequentes.

- 24 No sistema PROCED, é possível realizar o cadastro de mandado de prisão de outra unidade federativa.
- 25 Ao se inserir o termo `LUI_A%` em uma consulta de envolvidos no banco de dados do PROCED, um dos resultados que pode ser obtido é o nome Luiz.
- 26 A informação de antecedentes criminais considerada mais importante para os envolvidos, além de constar no PROCED, é compartilhada com outros sistemas, como o PCDF.Net e o Horus Persona.
- 27 Caso um usuário do sistema PROCED perca sua senha, ele deve solicitar, por *e-mail*, nova credencial de acesso à Divisão de Tecnologia.

Acerca dos *softwares* corporativos da PCDF, julgue os itens que se seguem.

- 28 Por questões de segurança, um servidor pode ter acesso ao sistema Millenium sem ser cadastrado no sistema PROCED.
- 29 A Delegacia Eletrônica é disponibilizada dentro do sistema PROCED e permite a retirada de cópia de ocorrências policiais pelo usuário.
- 30 A gestão de escalas de serviço, folhas de pontos e afastamentos do servidor é realizada por meio do sistema SEI-PCDF.
- 31 As medidas protetivas e cautelares são distribuídas eletronicamente para o Processo Judicial Eletrônico (PJe) pelo sistema PROCED.NET.

No que diz respeito aos módulos e às telas do sistema PROCED, julgue os itens subsequentes.

- 32 O sistema PROCED alimenta a base do Sistema Nacional do Ministério da Justiça (INFOSEG) com as informações relativas a envolvidos autores em inquéritos policiais.
- 33 Apesar de a tela de antecedentes criminais do sistema PROCED apresentar os mandados de prisão existentes contra um envolvido, o policial deve sempre consultar, subsidiariamente, o Banco Nacional de Mandados de Prisão.
- 34 A tela de antecedentes dos envolvidos permite a impressão de dados de menores em qualquer delegacia.
- 35 Uma das vantagens do sistema PROCED é a impossibilidade de mais de um cadastramento da mesma pessoa em sua base de dados.

No que tange à aplicação da assinatura digital da PCDF, julgue os itens a seguir.

- 36 Os servidores policiais da PCDF possuem um certificado digital, o qual, por estar ligado à função e não à pessoa, pode ser cedido a outro servidor em casos de mudança de chefia.
- 37 A aplicação Assinatura Digital, utilizada conjuntamente com o sistema Protocolo, permite que diversos servidores assinem digitalmente um mesmo documento.

Acerca do sistema de rádio utilizado na PCDF, julgue os próximos itens.

- 38 Devido ao uso de repetidoras, o modo direto de operação consegue atingir uma grande área de cobertura e é mais robusto quanto às variações de relevo.
- 39 As estações portáteis são Simplex, ou seja, operam em canal de comunicação unidirecional do CEPOL (Centro de Comunicação da Polícia Civil).
- 40 Os transceptores de estações fixas operam com PTTs (botões *push to talk*) de mão.
- 41 A comunicação via rádio deve ser marcada por urbanidade, precisão, rapidez e sigilo.

Considerando os protocolos de uso do rádio na PCDF, julgue os seguintes itens.

- 42 Uma viatura com prefixo E-5021 pertence ao Departamento de Polícia Especializada e é do tipo velada.
- 43 O código QAP pode ser utilizado no lugar do código QRV.

No que concerne ao tráfego de mensagens e ao manuseio de equipamentos no sistema de rádio da PCDF, julgue os itens que se seguem.

- 44 Por questão de cortesia e urbanidade, sempre se deve começar e terminar a comunicação com palavras de agradecimento.
- 45 A necessidade de se esperar a liberação do canal para falar foi eliminada com a utilização do modo rede de operação.
- 46 Se a palavra a ser transmitida for de difícil entendimento, recomenda-se a utilização de alfabeto fonético.

A respeito dos sistemas informatizados utilizados atualmente pela Polícia Civil do Distrito Federal, julgue os itens a seguir.

- 47 Quando um veículo é furtado, a ocorrência é registrada no DER-DF ou DETRAN-DF, responsáveis por alimentar o sistema CORPATRI de informações.
- 48 O sistema SIAPEN Web permite à Polícia Civil obter dados processuais dos internos do sistema penitenciário e seus relacionamentos com advogados e visitantes.
- 49 O perímetro de segurança em eventos pode ser demarcado através da criação de polígonos delimitadores no sistema Atlas.

Considerando as práticas indicadas para conservação e uso dos equipamentos de telecomunicação da PCDF, julgue os itens que se seguem.

- 50 As baterias sobressalentes de equipamentos de telecomunicações podem ser guardadas nos bolsos da farda dos policiais, juntamente às chaves de veículos.
- 51 Ao falar ao PTT (*Push to talk*), o policial deve mantê-lo o mais próximo possível da boca, a fim de evitar a captura de ruídos externos.

### ESCRIVANIA POLICIAL

Com relação às técnicas de entrevista, julgue os itens a seguir.

- 52 A entrevista pode ser definida como um processo de interação social, com finalidade indeterminada, efetivado por meio de perguntas e respostas, com dois atores principais: o entrevistador e o entrevistado.
- 53 A verdade é algo absoluto e qualquer cidadão idôneo é capaz de enunciá-la com precisão. Porém, há pessoas afetadas por vieses cognitivos que percebem a verdade de forma distorcida, em virtude da personalidade, do metabolismo cerebral ou do estado emocional ou social de quem interpreta a informação.
- 54 Para se obter o conhecimento de um fato, é necessário ter atenção e compreensão a seu respeito, sendo a atenção uma escolha pessoal que depende da condição de vítima, testemunha ou autora da pessoa situada na cena.
- 55 Heurísticas são erros sistemáticos causados por um pensar tendencioso decorrente de concepções.
- 56 Vieses são atalhos mentais criados pelo cérebro para economizar energia na tomada de decisão.
- 57 As heurísticas classificam-se em da disponibilidade, da representatividade, do afeto, dos custos afundados, efeito primazia e efeito halo.
- 58 Os vieses podem ser classificados em da confirmação, da disponibilidade, da representatividade, efeito primazia, egocêntrico e retrospectivo.
- 59 *Rapport* refere-se à conexão que se cria com a pessoa com quem se comunica.
- 60 As etapas de formação da memória são aquisição, seleção, retenção e codificação e recuperação.

No que se refere aos princípios institucionais e às diretrizes da Polícia Civil do Distrito Federal, previstos na Resolução n.º 1, de 7 de março de 2023, julgue os próximos itens.

- 61** A resolução pacífica dos conflitos consiste em um princípio institucional da Polícia Civil do Distrito Federal.
- 62** A cooperação e o compartilhamento de experiências representam diretrizes da atuação da Polícia Civil do Distrito Federal.
- 63** A complementaridade da atuação policial especializada representa uma diretriz a ser atendida pela Polícia Civil do Distrito Federal em sua atuação.
- 64** A hierarquia e a disciplina funcionais são diretrizes de atuação da Polícia Civil do Distrito Federal.
- 65** A delegabilidade das atribuições funcionais caracteriza-se como um princípio institucional da Polícia Civil do Distrito Federal.
- 66** O atendimento imediato ao cidadão consiste em um princípio institucional da Polícia Civil do Distrito Federal.

No que diz respeito à investigação criminal, julgue os itens seguintes.

- 67** O inquérito policial, o termo circunstanciado e o procedimento de apuração de ato infracional são instrumentos de apuração das infrações penais.
- 68** No interrogatório, se o indiciado não apresentar documento de identificação civil ou equivalente ou, ainda, se o documento apresentado não parecer idôneo, o escrivão deverá encaminhar o indiciado à identificação criminal, salvo em caso de confirmação dos dados fornecidos mediante consulta ao prontuário.
- 69** São requisitos do inquérito policial instaurado por portaria o preâmbulo, o relato sucinto do fato delituoso, a indicação da fonte de conhecimento, a tipificação penal e sua autoria, as providências a serem adotadas e a data e a assinatura da autoridade.
- 70** As inquirições devem ser formalizadas mediante termo de depoimento, para ofendidos, suspeitos e situações indefinidas; termo de declarações, para testemunhas compromissadas; ou auto de qualificação e interrogatório, para indiciados.
- 71** Ministros e secretários de Estado, caso estejam na condição de testemunhas, devem ser inquiridos em dia, local e horário previamente ajustados.
- 72** Os detentores de imunidade diplomática, embora não estejam obrigados a prestar depoimento, devem ser convidados a marcar dia, local e horário para serem ouvidos.
- 73** Podem recusar-se a depor como testemunhas o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão, o pai, a mãe, o filho adotivo, o tio ou o sobrinho do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.
- 74** Aos doentes, às pessoas com deficiência mental e aos menores de 12 anos de idade não se defere o compromisso de dizer a verdade.

No que concerne à prisão em flagrante, julgue os itens que se seguem.

- 75** Em caso de prisão de advogado pela prática de crime no exercício da profissão, a autoridade deverá comunicar imediatamente a seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, que deverá, por sua vez, indicar representante para acompanhar a lavratura do respectivo auto, sob pena de nulidade.
- 76** A prisão em flagrante de parlamentar federal, estadual ou distrital só pode ocorrer em caso de crime inafiançável.
- 77** A autoridade policial somente pode conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a cinco anos.
- 78** Juízes, membros do Ministério Público e defensores públicos só podem ser presos por meio de ordem judicial escrita ou em caso de prisão em flagrante por crime inafiançável.
- 79** Em caso de prisão em flagrante de militares ou policiais civis, a autoridade policial deverá solicitar a presença de um membro da respectiva instituição, de nível hierárquico igual ou superior ao do preso, para acompanhar a lavratura do auto.
- 80** Agentes diplomáticos são invioláveis e, por isso, não podem ser objeto de nenhuma forma de detenção ou prisão.
- 81** Funcionários consulares não podem ser detidos ou presos sobre fatos relacionados ao exercício de suas funções. No entanto, a autoridade policial pode representar ao Poder Judiciário pela decretação de qualquer das prisões provisórias, desde que o crime seja grave e não relacionado ao exercício de suas funções.

Com relação à Lei n.º 14.344/2022, conhecida como Lei Henry Borel, julgue os itens subsequentes.

- 82** Em caso de requerimento de medida protetiva prevista na Lei Henry Borel, o juiz deverá ser comunicado no prazo máximo de 48 horas e decidir, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada.
- 83** É obrigatória a instauração imediata de inquérito policial quando há notícia de crime relacionado à referida lei.

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito das atribuições do escrivão de polícia e da guarda de objetos e valores.

- 84** A autoridade policial, no decorrer do cumprimento de um mandado de busca e apreensão em área de alto índice de criminalidade, designou um escrivão de polícia para a lavratura do auto de apreensão no local da própria diligência. Nessa situação, o trabalho do escrivão de polícia, mesmo que em área externa, está legalmente definido em suas atribuições.
- 85** Após a lavratura de um auto de prisão em flagrante por crime inafiançável, a autoridade policial designou o escrivão do feito para a custódia momentânea de três presos, entre eles um adolescente, até o efetivo encaminhamento para as dependências carcerárias pertinentes. Nessa situação, o escrivão poderá questionar a ordem da autoridade policial, uma vez que a referida custódia momentânea não está incluída em suas atribuições.
- 86** No âmbito de determinada delegacia de polícia, foi registrada ocorrência policial em desfavor de um policial civil da ativa, cuja apuração final concluiu pelo afastamento de tipicidade penal da conduta, sugerindo a instauração de procedimento administrativo, visando determinar eventual falta disciplinar. Nessa situação, o escrivão inicialmente designado deverá declinar de suas atribuições quanto ao procedimento administrativo, uma vez que ao escrivão cabe somente officiar nos procedimentos de natureza criminal, e não nos de natureza administrativa.

- 87** Durante o cumprimento de um mandado de busca e apreensão em uma residência, a equipe policial encontrou, além de armas e drogas ilícitas, expressivo valor de moeda estrangeira em espécie. Nessa situação, deverá o escrivão do feito proceder o competente auto de apresentação e apreensão e, após determinação judicial, encaminhar os valores ao Banco do Brasil para depósito e conversão da moeda.
- 88** Uma equipe da Coordenação de Repressão aos Crimes Contra o Consumidor, a Propriedade Imaterial e a Fraudes, em determinada operação em um supermercado, verificou a exposição à venda de grande quantidade de carne bovina fora do prazo de validade, o que resultou na apreensão do produto. Nessa situação, deverá ser realizado o transporte do produto apreendido ao Instituto de Criminalística para exame pericial e posterior incineração.

Com relação aos prazos do inquérito policial e demais procedimentos, julgue os itens a seguir, de acordo com as regras processuais vigentes e as normas internas da Polícia Civil do Distrito Federal.

- 89** Caso o prazo do inquérito policial finde durante o final de semana e o indiciado esteja preso, o escrivão do feito deverá antecipar a remessa dos autos para o dia anterior, não cabendo a tramitação após o final de semana.
- 90** A ausência do ofendido impede a lavratura do auto de prisão em flagrante.
- 91** Nos crimes contra a economia popular, estando o indiciado solto, o prazo de conclusão do inquérito policial será de 10 dias.
- 92** Em se tratando de indiciado em prisão temporária para a investigação de crime hediondo, após encerrado o prazo para a prisão, a autoridade policial poderá determinar a sua soltura e prosseguir com o caderno apuratório, caso não tenha conseguido angariar as provas que ensejaram a medida cautelar.

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada no que concerne aos regramentos estabelecidos para os registros de ocorrência policial, bem como para a instauração e a tramitação do competente procedimento apuratório.

- 93** Em determinada delegacia de polícia, foi recebida uma notícia-crime cujo conteúdo indica, de forma confiável, a existência de uma grande organização criminosa voltada à prática da contravenção penal conhecida como jogo do bicho. Nessa situação, é obrigatória a instauração imediata de inquérito policial, mediante portaria.
- 94** Em determinada delegacia de polícia, foi registrada ocorrência policial a qual envolve violência doméstica contra a mulher. Nessa situação, é obrigatória a imediata instauração de inquérito policial, mesmo que o caso não implique em flagrante delito.
- 95** Um escrivão de polícia, ao oficial em uma ocorrência policial sem o devido procedimento formalizado de instauração, encaminhou, ao final de 30 dias, a ocorrência ao Ministério Público. Nessa situação, mesmo sem requisição do referido órgão, o servidor procedeu corretamente em razão dos prazos legais estabelecidos.
- 96** Houve registro, em certa delegacia de polícia, de ocorrência policial noticiadora de acidente de trabalho com vítima fatal, ocorrido em uma grande obra viária de responsabilidade do governo. Nessa situação, o inquérito policial deverá ser instaurado imediatamente após o registro da ocorrência, independentemente de apuração preliminar.

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com base nas normas que regulamentam o inquérito policial, o seu procedimento inquisitório e a sua tramitação eletrônica.

- 97** Um adolescente praticou conduta análoga a crime cuja pena prevista é inferior a dois anos de detenção. Nessa situação, o ato infracional deverá ser apurado mediante Termo Circunstanciado.
- 98** Durante o curso de um inquérito policial instaurado mediante portaria, foi cumprida a prisão temporária do indiciado pelo prazo de cinco dias. Nessa situação, a formalização da medida cautelar deverá ser inserida no sistema Cartório.Net, a fim de resguardar o sigilo da diligência.
- 99** Em determinada delegacia de polícia, após uma prisão em flagrante, foi iniciado um inquérito policial. Nessa situação, o referido inquérito deverá ser encaminhado ao Poder Judiciário por intermédio do sistema PROCED.NET.
- 100** Um promotor de justiça requisitou, mediante ofício, a imediata instauração de inquérito policial para apuração de notícia-crime recebida diretamente pelo Ministério Público. Nessa situação, o ofício requisitório, em regra, será a peça inicial do inquérito policial, não havendo necessidade de elaboração de portaria pela autoridade policial.

#### Espaço livre